

estrutural. Isto confirmaria a intuição de que na arquitectura gótica e no pensamento escolástico estamos perante os mesmos modelos de inteligibilidade, ou mais prosaicamente, perante a mesma maneira de «pensar e ver o mundo».

Se esta homologia era realizada de forma relativamente consciente, só a pesquisa histórico-documental poderá confirmar, no entanto tudo indica que estejamos perante modelos de inteligibilidade que pela sua transpessoalidade e interdisciplinaridade se integram no inconsciente colectivo de uma época e, como tal, só podem ser discernidos retrospectivamente <sup>10</sup>.

Dá que a questão do relacionamento entre estas duas formas de expressão seja sobretudo antropológico-estrutural e só em segunda análise sociológica, pois nenhum modelo de inteligibilidade pode existir fora de um contexto sócio-cultural favorável e coerente nas suas práticas e no interrelacionamento dessas práticas.

Note-se contudo que os modelos de inteligibilidade aqui apresentados representam apenas uma faceta do complexo cultural que é a Baixa Idade Média. Se quiséssemos aproximar-nos de uma visão de conjunto, teríamos que analisar, pelo menos, o romance cavaleiresco, os textos místicos de inspiração agostiniana, franciscana, cisterciense, vitorina, a poesia dos goliardos, o românico remanescente. Todos eles se interceptaram no tempo e nos espaços culturais dos sécs. XI e XIV.

Entender até onde esses modelos nos condicionam ou nos constituem será uma questão interessante e pertinente, apesar da distância aparente que o devir histórico interpõe entre a sua emergência e a sua eventual residualidade contemporânea.

JOSÉ ACÁCIO CASTRO

<sup>10</sup> O termo «inconsciente colectivo», neste contexto, não deve ser entendido numa acepção jungiana. De facto, não se trata de arquétipos de valor predominantemente simbólico, mas de modelos de inteligibilidade que pela sua uniformidade de formulação, universalidade de utilização e interdisciplinaridade não assumida conscientemente, obrigam a ser inseridos dentro da ampla noção de inconsciente colectivo.

## Um certo Porto devoto no Porto do Liberalismo

### A Arquiconfraria do Imaculado Coração de Maria

GERALDO J. A. COELHO DIAS

Os fenómenos históricos são sempre poliédricos, mas a Nova História, pretendendo ser globalizante, privilegiou o quantitativo e reduziu o religioso. Contudo, porque a religião tem sido uma das superestruturas da sociedade, ninguém pode negar a sua importância bipolar e a necessidade do seu enquadramento no estudo dos grandes movimentos políticos.

#### I — O enquadramento histórico-político

O Liberalismo implantou-se em Portugal com a revolução de 24-VIII-1820 no Porto. Tendo-se estabelecido com a promessa de erguer um regime político novo, mais consentâneo com o querer do povo, atraiu muita gente de bem, mesmo sacerdotes e religiosos como os beneditinos Frei Francisco de S. Luís, futuro Cardial Saraiva, e Frei Vicente da Soledade e Castro, primeiro Presidente das Cortes Constituintes de 1821-1822 <sup>1</sup>. Bem depressa, porém, apostou na confrontação política, e acabou por provocar o reacção conspiratório dos absolutistas. Mas o acompanhamento diacrónico do evoluir da situação política de 1820 a 1852 mostra que, mesmo

<sup>1</sup> RAMOS, Luís A. de Oliveira — *O Cardial Saraiva*, I, Porto, 1972; IDEM — *Da Ilustração ao Liberalismo*, Porto, Lello & Irmão, Editores, 1979; ID. — *Sob o signo das Luzes*, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1987.

entre os liberais, foram constantes as crispações e houve frequentes rivalidades e lutas. O processo político do saudado Liberalismo foi menos que linear e antes muito complicado. Isso está bem demonstrado na oposição entre *Setembristas* que, em 1836, com Passos Manuel recuperaram a Constituição de 1822, e *Cartistas*, os quais, em 1842, com Costa Cabral, repuseram a *Carta Constitucional* outorgada por D. Pedro IV em 29-V-1826.

De facto, o longo arco sintagmático do primeiro Liberalismo foi uma sequência de contradições políticas e gerou no país um autêntico síndrome de instabilidade e angústia com o suceder-se turbulento de incompreensões partidárias, intencões militares e guerra civil.

Os *Livros de Visitações* paroquiais da época, esse filão de documentação histórica esquecida, às vezes a apodrecer em húmidos armários, são um bom espelho do estado de espírito dos homens da Igreja. Num deles, encontrei uma curiosa «ordem circular» do Vigário Capitular de Braga «sede vacante», Dr. Manuel Ramos de Sá que, em 28-II-1829, apresentando a Encíclica *Quo Graviora* de Leão XII (3-III-1825) a propósito da Maçonaria, se propunha, em autêntico pregão de guerra santa, «obstar prontamente ao progresso de tantos males, que o Inferno tem vomitado nos passados tempos pelo infame órgão das Sociedades Secretas da Maçonaria, Pedreiros Livres, ou qualquer que seja a sua detestável denominação... Se esses filhos da perdição trabalham unidos para a ruína do Altar, e do Throno, e para a desgraça do povo fiel e religioso, he preciso também que o clero, como sentinela vigilante de Casa do Senhor, unindo a si o povo inocente e conformando-se com as sabias Determinações do Supremo Pastor, com as piedosas intenções do Augusto e Fidelíssimo Monarcha, que prezide ao feliz destino dos venturosos Portuguezes, com a religião e a Piedade da Invicta Imperatrix Rainha, vitima da mais vigorosa perseguição, modelo da constancia concorra quanto cabe nos limites da sua possibilidade para destruir e suplantar a venenosa obra que ha tanto tempo empenha todas as suas forças na ruína dos objectos mais Sagrados, e mais caros a todos os Fieis Portuguezes»<sup>2</sup>.

Na realidade e em termos de religião, tudo se agravou com o governo absolutista de D. Miguel entre 1828-1831. É que o epifenómeno absolutista de D. Miguel tinha sido, no dizer de Oliveira Martins «um efeito e não uma causa». Na realidade, ele apparecera à simplicidade

<sup>2</sup> *Livro de Vizitas*, Freguesia de São Salvador do Campo, fls. 76v-77, Manuscrito do Arquivo Paroquial de S. Martinho do Campo, Santo Tirso.

generosa do nosso povo e a muitos clérigos, religiosos e nobres, como uma reacção do desespero do presente em decadência perante um pretense passado de glória, depois que novas ideias, generosas sem dúvida, intentavam mudar o regime e as mentalidades; só que a economia estava em crise, o tesouro público esvaziara-se, o comércio nacional andava arruinado e o povo mantinha-se traumatizado no rescaldo lento das invasões francesas. Daí a angústia da nação e o pavor das gentes, as lutas dos políticos, e o alarmismo dos eclesiásticos.

Com a revindicta liberal, foi a expulsão das ordens religiosas em 1834 e a consequente expoliação dos seus bens. Mesmo assim, esta medida, sendo uma consequência lógica do liberalismo radical, representou uma machadada profunda no organismo vivo da Igreja e na sensibilidade religiosa da grande maioria do povo português. Seguiu-se a perdulária e escandalosa alienação dos bens dos religiosos e também isso constituiu aos olhos dos crentes, atónitos, um desbarato do património público e um esbanjamento sacrílego de bens eclesiásticos. Nem sequer a revolução de Setembro de 1836, com todos os ideais de moralização da vida pública, chegou já a tempo de entrar o descalabro de tais alienações e vendas de favor.

Não foi, por isso, de admirar que até a burguesia comercial do Porto, em 1842, apoiasse António Bernardo da Costa Cabral na sua insurreição contra o governo setembrista. É que a nobre ideia de mudar o país esvairia-se e Portugal continuava um país *tradicional*, atrasado: a justiça não fora aplicada, o progresso não fora conseguido, as assimetrias regionais, sobretudo litoral-interior, não foram eliminadas. Pelo contrário, os sentimentos de insegurança e medo agravaram-se, depois, com o governo inflexível e autocrático de Costa Cabral, desde 1842 a 1846, sendo combatido até pelo «tolerante e pasteleiro» Almeida Garrett. De resto, através do descontentamento popular, sobretudo no Norte católico e conservador, os miguelistas espreitavam sempre, e o levantamento da Maria da Fonte, enquanto expressão natural do desagrado e repugnância à ditadura de Costa Cabral, ajudou à sua queda. Só Saldanha, no poder desde 1846 a 1849, apesar da revolta da Patuleia, 1846-1847, de algum modo sucedânea e continuadora da da Maria da Fonte, conseguiu uma certa acalmia, a qual não terá obstado mas até ajudado ao regresso ao poder por parte de Costa Cabral entre 1849-1851.

Em 1851, Saldanha promoveu o movimento da Regeneração e, em 1852, aprovou o *Acto Adicional à Carta* permitindo maior realismo político e abrindo perspectivas de tranquilidade interna para a segunda etapa do liberalismo português.

## II — A Arquiconfraria do Imaculado Coração de Maria no Porto

É no contexto da crise Cabralista que vai aparecer no Porto a *Arquiconfraria do Santíssimo e Imaculado Coração de Maria para a remissão dos pecados*<sup>3</sup>. Como tal, ela começará por ser um termómetro social do fervor religioso e, de certo modo, um reflexo da mentalidade conservadora e algo reaccionária dos seus principais animadores. Para muitos crentes, o Coração poderoso da Mãe de Jesus seria, de facto, uma espécie de *alibi* esperançoso face a uma situação humana de instabilidade, uma afirmação do triunfo da Virgem e de Deus perante o caos dos políticos.

A instituição e difusão da Arquiconfraria deve-se sobretudo à devoção e acção de Alexandre José da Silva de Almeida Garrett, irmão do célebre político liberal e escritor Almeida Garrett. Curiosamente, no Porto revolucionário, da mesma família, dois irmãos sempre bem dados, apesar da política<sup>4</sup>, corporizam ideais diferentes, assumem atitudes e comportamentos opostos. João Baptista, que havia de ficar célebre na história e na literatura, conhecido como Visconde de Almeida Garrett, defendia e lutava apaixonadamente pelo liberalismo político. Alexandre José aderiu ao absolutismo regalista e sofria o liberalismo empenhando-se na defesa da religião, que via perseguida pelos políticos. Não pode, contudo, deixar de ser sublinhado o facto de alguns liberais mais esclarecidos e cultos se darem conta do caos e da falta de valores ético-religiosos. Garrett, no rescaldo do Cartismo, escrevia em 1841 nas *Viagens na minha terra*: «...os liberais já conhecem que devem ser tolerantes... e que precisam de ser religiosos... Em Portugal não há religião de nenhuma espécie. Até a sua falsa sombra, que é a hipocrisia desapareceu. Ficou o materialismo estúpido, alvar, ignorante, devasso e disfarçado, a fazer gala da sua hedionda nudez cínica no meio das ruínas profanadas de tudo o que eleva o espírito»<sup>5</sup>.

Também o douto Alexandre Herculano tocava a nota religiosa com desassombro e ousadia perante os desmandos do liberalismo jacobino; e não podemos esquecer como o jovem Camilo Castelo

<sup>3</sup> CANAVEIRA, Manuel Filipe Cruz — *Liberais Moderados e Constitucionalismo Moderado* (1814-1852), Lisboa, IN-CM, 1988.

<sup>4</sup> *Cartas Apologéticas e Históricas sobre os sucessos religiosos em Portugal nos anos de 1834 até 183...* entre os dois irmãos A.J.L.A. Garrett e João Baptista Leitão de Almeida Garrett. Introdução e notas por Sigismundo Spina, São Paulo, 1961.

<sup>5</sup> GARRETT, Almeida — *Viagens na minha terra*.

Branco, na sua sensibilidade religiosa, começou por dar colaboração a dois jornais católicos portuenses dos meados do séc. XIX, *O Nacional* e *O Portugal*<sup>6</sup>. Em 1850, fazendo a «Introdução» à 5.ª edição das *Meditações ou Discursos Religiosos* do Conselheiro José Joaquim Rodrigues de Basto (Porto, 1850) afirmava: «O torpor do sentimento religioso não o deploramos em todos os corações. Entre os portugueses aparecem signaes infalliveis d'uma regeneração christam». E eu pergunto se não será isto já o eco do aparecimento público da Arquiconfraria do Imaculado Coração de Maria que, antecipando-se à regeneração política de 1851, aparecia, de facto, como um eficiente elemento da regeneração cristã.

A Arquiconfraria teve o seu protótipo original em Paris, no ano de 1837, na paróquia de Nossa Senhora das Vitórias. A França acabava de assistir, sobressaltada e temerosa, à revolução de 1830. Então, o pároco daquela freguesia parisiense, P.º Dufriche des Genettes, sentia-se abatido e defraudado pelo fraco rendimento da sua acção pastoral. Uma vez, porém, a 3-XII-1836, percebeu uma voz interior a aconselhá-lo: «Consagra a tua paróquia ao Santíssimo e Imaculado Coração de Maria!» Animado, redigiu os estatutos duma associação religiosa para a conversão dos pecadores, pois desejava que ela fosse um remédio para a indiferença religiosa dos seus contemporâneos embriagados pela política. Os estatutos foram logo aprovados pelo arcebispo de Paris, Monsenhor Quélen (10-XII-1836) e, pouco depois, um Breve do Papa Gregório XVI (24-V-1838) instituiu a associação como *Arquiconfraria do Santíssimo e Imaculado Coração de Maria para a conversão dos pecadores com possibilidade de agregar confrarias em todo o orbe católico*. As exigências de adesão eram simples e poucas: inscrição nos registos da confraria com pequena esportula monetária no acto de adesão, assistência às reuniões, porte de fita com a Medalha Milagrosa, saída das aparições da Virgem na rua Du Bac, Paris, 1830, recitação quotidiana duma Avé Maria e invocação «Refúgio dos pecadores, rogai por nós». A piedade era alimentada por uma literatura adequada, da qual sobressai o *Manual da Arquiconfraria* e a revista *Annales de l'Archiconfrérie* (1842) que desde 1863 apareceram com o título *Écho de Notre Dame des Victoires*<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> SANTOS, Eugénio — *A sensibilidade religiosa de Camilo: uma consciência perante a sua época*, «Revista da Faculdade de Letras — História», Porto, II Série, Vol. V, 1988, p. 299-315.

<sup>7</sup> SAVAT, Claude — *Pour une sociologie de la ferveur religieuse: L'Archiconfrérie de Notre Dame des Victoires*, «Révues d'Histoire Écclésiastique», Vol. LIV, N.º 3-4, 1964, p. 823-844.

Esta Arquiconfraria, qual tábua de salvação, teve logo uma enorme difusão em França e no mundo e, já em 1860, contava 300.000 inscrições e 3000 agregações. Bem depressa chegou a Portugal. Em 1842 teve a sua primeira sede no Convento da Encarnação, Lisboa, e daí começou a ganhar adesões no país. Com efeito, foi de lá que veio para o Porto pela mão e entusiasmo do P.º Frei João de Nossa Senhora do Rosário, missionário do extinto convento dos Padres Apostólicos de Vinhais, Bragança. Demorou-se ele alguns anos no Porto e aqui angariou filiados para a Arquiconfraria de Lisboa. Depois, a piedade e o fervor duma mulher de Fânzeres e a ajuda de Alexandre José da Silva de Almeida Garrett com toda a roda das suas influências levaram a que se fizesse um requerimento ao bispo do Porto D. Jerónimo José da Costa Rebelo para aprovação dos estatutos e estabelecimento da Arquiconfraria nesta cidade. Obtida esta (1-XII-1845) e requerida a licença à Rainha, os bons officios do Governador Civil, Conde de Terena, José Maria Brandão e do seu secretário geral, António Luís de Abreu, permitiram que o alvará de aprovação fosse expedido (4-XI-1845), sendo referendados os decretos pelo Ministro do Reino, Conde de Tomar.

A primeira Mesa da Arquiconfraria foi nomeada pelo Bispo do Porto que, aliás, figura como primeiro membro inscrito na Arquiconfraria. A erecção canónica fez-se no dia 8-II-1846 na igreja dos Congregados de Santo António da Porta dos Carros no altar de Nossa Senhora da Conceição<sup>8</sup>.

Como se vê, a Arquiconfraria nasceu no Porto liberal e cristão, cheio de igrejas conventuais esvaziadas dos seus antigos servidores e sem o calor entusiasmado do cântico dos officios e devoções religiosas; estava-se, então, no período conturbado da guerra civil, quando a Maria da Fonte se insurgiu por motivos religiosos (cemitérios laicos) contra as leis de saúde promulgadas por Costa Cabral (1842-1846) que, por isso mesmo, havia de cair. No movimento da Maria da Fonte convergiam forças contraditórias, absolutistas e liberais, e espreitava de novo o miguelismo. Não é de estranhar por isso que, no «Porto das revoluções», as forças da oposição estivessem atentas às manobras ideológico-políticas que poderiam ocultar-se sob o manto largo da religião. Perante o sucesso da primeira reunião da Arquiconfraria e marcada a segunda para 8 de Março, o jornal *A Coalisção* pela pena de Valentim Marcelino dos Santos empreendeu uma campanha de denúncias acusando a Arquiconfraria de ser uma

<sup>8</sup> *Annaes da Arquiconfraria do SS.º e I. Coração de Maria da cidade do Porto*, Ms. de Alexandre José da Silva de Almeida Garrett, Igreja de S. Bento da Vitória, Porto.

«súcia de miguelistas, acção de jesuítas», atribuindo-lhe os crimes do *Judeu errante* de Eugénio Sue. Estas atoardas fizeram com que a reunião de 8 de Março de 1846 terminasse num sacrilego atentado, com os crentes e padres presentes na igreja dos Congregados a serem enxovalhados e sequestrados. Em seguida, espalharam-se com profusão libelos acusatórios contra a Arquiconfraria. Chegou mesmo a publicar-se o periódico *Cordão sanitário*, dirigido por um sacerdote de ideias liberais, apenas para combater a «Santa e inocente Arquiconfraria»<sup>9</sup>. Muitos outros tentaram fazer crer que a Arquiconfraria era um agente da Maria da Fonte e que esta era «movida e sustentada com grossas somas da nascente Arquiconfraria»<sup>10</sup>. O Duque de Saldanha, quando em 1847 entrou no Porto, quis saber as causas e os mentores da agressão, encarregando disso o Governador Civil, Conde de Penamacor, e dispensou a sua protecção à Arquiconfraria. Esta, entretanto, foi deslocada para a igreja dos Carmelitas (3-V-1851). Devido, certamente, a uma pequena questão de rivalidade com a Irmandade do Escapulário, titular da dita igreja, requereu a mesa da Arquiconfraria que lhe fosse atribuída a igreja do mosteiro de S. Bento da Vitória dos ex-padres beneditinos. O requerimento à Rainha foi despachado pela intervenção do Duque de Saldanha em portaria do Ministério dos Negócios Eclesiásticos (25-VII-1852). A partir de então, a Arquiconfraria ficou detentora da igreja de S. Bento da Vitória, onde tem a sua sede, e em que celebrou logo a sua solene festa litúrgica a 29-VIII-1852.

Instalada em S. Bento da Vitória, a Arquiconfraria tratou de arranjar uma imagem própria de Nossa Senhora das Graças e Imaculado Coração de Maria, em estilo das imagens de roca. Depois, sob a direcção do P.º Baltasar Veloso de Sequeira, egresso beneditino que em 1847 sucedera ao falecido P.º José de Oliveira, primeiro director, a Arquiconfraria firmou-se e dilatou-se, tornando-se um verdadeiro instrumento da fé católica ao tempo do liberalismo e um termómetro precioso para uma sociologia e geografia do fervor religioso. A sua festa maior era sempre no último domingo de Agosto, consagrado ao Imaculado Coração de Maria.

Pelos muitos documentos conservados em arquivo, pode ver-se o numeroso e variado espectro de filiados, desde o Bispo do Porto, bispo do Rio de Janeiro, sacerdotes e ex-religiosos, o Duque de Saldanha, Condes e Condessas, Viscondes e Viscondessas,

<sup>9</sup> IBIDEM — pág. 18; SILVA, Francisco Jeronymo da — *O dia 8 de Março ou a defeza da Archi-Confraria* [...], Porto, 1846.

<sup>10</sup> IB. — p. 19.

Barões e Baronesas e muitos, muitos fiéis das terras do Norte. Importantes na difusão desta devoção que, sem dúvida, aparecia como motivo de fé religiosa e esperança de melhoria da situação política, foram os procuradores ou propagandistas que os conhecimentos e dinamismo do primeiro secretário, Alexandre José da Silva de Almeida Garrett, conseguia angariar em diversas partes. A sua numerosa correspondência e os dois livros de procuradores mostram que, entre 1846-47, ele reuniu procuradores numa autêntica constelação geográfica à volta e ao largo do Porto, com sacerdotes, homens e mulheres: Porto 26, Covilhã 14, Bragança 6, Penafiel e Viseu 5, Lamego e Póvoa de Varzim 4, Angra do Heroísmo, Braga e Guimarães 2 e muitas freguesias onde ainda hoje se encontra a imagem de Nossa Senhora das Graças e Coração de Maria. Foi como procurador desta Arquiconfraria em Braga que o P.º Martinho António Pereira da Silva, fundador do Santuário do Sameiro e grande pregador popular, se tornou agente da devoção mariana, conforme testemunham as 39 cartas, entre 1847-50, que dele se encontram em arquivo. De resto, os milhares de cartas, que os procuradores dirigiam ao secretário Almeida Garrett, e se encontram arquivadas por anos, aos molhinhos, são, muitas vezes, eloquentes testemunhos da situação política, dando conhecimento dos almocreves para o Porto e das casas de negócio onde a correspondência era entregue. É que, a princípio, depois do sacrílego atentado de 8 de Março, até dos correios se desconfiava, preferindo mandar a correspondência e encomendas por meio de almocreves de confiança.

A correspondência permite ainda verificar que Almeida Garrett, com todos os seus conhecimentos e influências, era uma espécie de divulgador da literatura de reacção religiosa, chegada sobretudo de França: a «História Geral da Igreja» do Barão de Heurion, a obrinha «A política de Satanás no século XX» de A. de Saint-Chéron e outros livros que ele encomendava na livraria Moré da rua das Flores. Divulgava também as calúnias de que a Arquiconfraria era alvo por parte dos jornais *Periódico dos Pobres* e *Cosmopolita* e outras folhas que apareciam no Porto, «cidade das rebeliões».

Várias cartas falam do «deboxe» do estado eclesiástico e das consequências nefastas com a mudança do governo de D. Miguel para o Constitucional. É sabido que, do ponto de vista político-religioso, foi muito divulgada uma glosa ao Pai-Nosso, que atribuía os malefícios do Liberalismo aos Maçons e Pedreiros, Livres.

A Arquiconfraria empenhou-se em promover e espalhar a devoção do Mês de Maria, e foi até o Almeida Garrett que forneceu ao P.º Martinho os primeiros livros para essa prática, que tanto havia

de o entusiasmar. Mas a Arquiconfraria teve dificuldades em penetrar nas paróquias, e são os procuradores os primeiros a queixar-se dos padres que, por «capelismo», não queriam aceitar a concorrência da Arquiconfraria nas suas paróquias ao lado de outras irmandades ou confrarias. Entretanto, os livros de registo de inscritos provam que, do ponto de vista quantitativo, a propaganda da Arquiconfraria foi um êxito que os números ilustram.

Ano de 1846 .....	2.037
1855, ao fim de 10 anos .....	34.765
1895, ao fim de 50 anos .....	95.556

Ao dobrar do século, no fim de 1900, com 55 anos de existência, atingia o total de 96.771 pessoas inscritas. Naturalmente que o ritmo de crescimento tinha baixado, mas o *trend* das adesões é bem significativo, e o facto é que a Arquiconfraria se foi ramificando e estabelecendo em várias terras. Pode, pois, concluir-se que a Arquiconfraria do Imaculado Coração de Maria, sendo uma associação de carácter piedoso e profundamente religiosa, constitui, apesar disso, um espinho para o liberalismo radical do Porto. Nela se inscreveram figuras notáveis, como o Duque de Saldanha e o poeta Almeida Garrett, o qual tem o número 98 de inscrição. Ele mesmo, numa das suas cartas à filha Adelaide, recomenda: «Não te esqueças hoje que se celebra a festa do Coração de Maria, de que és irmã da sua Arquiconfraria e que tens obrigação de te encomendares a ella e de lhe rogares por teu pae e pelos teus»<sup>11</sup>.

Não pode silenciar-se o empenho que o poeta meteu para ajudar o irmão na fundação da Arquiconfraria, como o Alexandre José expressamente confessa nos Anais que escreveu<sup>12</sup>. É que este era miguelista conhecido, tendo perdido por isso o cargo de Selador-mor da Alfândega do Porto, mas dele dizia o mesmo poeta Garrett, a propósito dum pedido que fizera a Saldanha para que ao seu filho Rodrigo Xavier fosse atribuída a Comenda da Ordem de Nossa Senhora da Conceição: «Seu pae que V.E. conhece, é um homem de summa probidade, perdeu o grande officio que herdara (ao uso antigo) de Sellador-Mor da Alfandega do Porto; seguiu o partido realista; mas digo com satisfação que Portugal tem poucos cidadãos mais honestos e amantes da sua Pátria, a religião poucos cultores

<sup>11</sup> GARRETT, A. — *Cartas íntimas*, Lisboa, Livraria Moderna Editora, 1904, p. 146, Vol. 27 das «Obras Completas».

<sup>12</sup> *Annaes*, p. 34.

mais sinceros, e S.M. a Rainha tem nelle um súbdito fidelissimo. Confesso a V.Ex.<sup>a</sup> que é mais a elle do que ao filho que eu desejo contemplar, porque o merece, porque é conveniente». E terminava afirmando estar disposto a «empenhar os meus trinta anos de serviço público... para obter este favor»<sup>13</sup>, que, de facto, obteve<sup>14</sup>.

Foi, assim, no Porto liberal e democrático que nasceu a Arquiconfraria do Imaculado Coração de Maria, espelho e reflexo dum certo Porto devoto. Inicialmente, confundiu-se a Arquiconfraria com uma súcia de miguelistas, achincalhou-se o seu carácter religioso com uma distorsão política de objectivos encapotados e ridicularizados no epigrama:

«Dom Miguel que o sceptro e c'roa  
Perdeu co'as armas na mão,  
Ahi os vem conquistar  
C'o réo-réo do canto chão!!»<sup>15</sup>.

Aí fica uma breve introdução à história da Arquiconfraria do Santíssimo e Imaculado Coração de Maria, bom exemplo do afrontamento político-religioso no nosso Porto dos começos do Portugal contemporâneo. A devota Arquiconfraria pretendia assumir a luta que, em 1829, o Vigário Capitular de Braga proclamava. Só que a acalmia política da Regeneração, depois de 1852, aconselharia apenas os caminhos do afervoramento cristão e da piedade religiosa que, ainda hoje, passados 144 anos, mantém.

<sup>13</sup> GARRETT, A. — *Cartas Intimas*, p. 13.

<sup>14</sup> FONSECA, Francisco Belard da — *A Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1935.

<sup>15</sup> SILVA, JOAQUIM JERONYMO — *O dia 8 de Março, ou a defeza da Archiconfraria do SS.ª Imaculado Coração de Maria*, Porto, Typographia de Faria Guimarães, 1846, p. 9.

## Abstracts

H. ALVES — *Christcentrism in Saint Paul*.

277-315

Christ is the center of Paul's being and action. This theme is divided into three chapters,

- 1 — Christ, center of the christian life;
- 2 — Christ, center of the christian community;
- 3 — Christ, center of the cosmos.

We must pay a special attention to Paul's language — the antithesis — to underline BEFORE and AFTER Damascus fall. This fact arises as the founding event of Paul's christian and apostolic vocation. The mentions of Christ by the Apostle are stressed by that fundamental meeting. We understand Phil. 3, 7-9 and Rom. 14, 7-8 in this way. Maybe the idea of the Church — Body of Christ (second chapter) starts from the idea of Christ's eucharistic body (I Cor., 11, 23-24). Feeding the Church, He becomes the center of its being, its action and unity as well. The allegory of the Church, Christ's body is drawn to an end with the allegory of Christ — the Head of the Church. At last, Paul states that Christ is the center of the cosmos (third chapter). This idea is theologically based on the concepts of creative Wisdom and Word, already clear in the Old Testament and is developed in the three strophes of Col. 1, 15-20.

A. dos Santos MARTO — *The Church — a Mystery of Communion*.

317-333

Since the ecclesiology of Vatican II Council and the models of apostolical community (Acts of the Apostles), the study means to show the mystery of the communion that makes the Church, in the shape of narrative theology. Stating exactly the biblical and theological meaning as it derives from communion